

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

TRIÉNIO 2011-2014

26 Maio 2011

spn
INFORMAÇÃO

Lista S

SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL 3

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN 4

CONSELHO FISCAL E DE JURISDIÇÃO 7

DIRECÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO 8

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGA 9

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGANÇA 11

DIRECÇÃO DISTRITAL DO PORTO 12

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO 14

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL 15

PROGRAMA 16

MESAS DE VOTO 24

Este suplemento é parte integrante da revista «SPN-Informação» nº 46 de 2011, II Série.

Nota do Editor: *De acordo com o regulamento eleitoral do Sindicato dos Professores do Norte, os programas das listas candidatas às eleições para os Corpos Gerentes devem ser divulgados no órgão de informação oficial do Sindicato – é este o sentido deste suplemento, cujos conteúdos são da exclusiva responsabilidade das respectivas listas (A e S). Os materiais recebidos, fornecidos por cada uma das listas, foram editados e paginados em condições de igualdade e neutralidade.*

A «SPN-Informação» autoriza as duas listas a utilizarem o layout desta separata.



Ana Maria Viegas Brito Jorge
Sóc. 18 - 60 anos
Aposentada
3º CEB/SEC - Porto



Álvaro José Cardoso e Costa
Sóc. 15252 - 51 anos
Agrup. Esc. Mons. Jerónimo do Amaral
1º CEB - Vila Real



Ana Maria da Silva Pereira
Sóc. 20701 - 52 anos
Agrup. Esc. Lourosa – S.M. Feira
PRÉ-ESC - Aveiro



António César Lopes Aguiar
Sóc. 1566 - 62 anos
Aposentado
3º CEB/SEC - Bragança



João Manuel Machado Oliveira
Sóc. 41581 - 55 anos
Agrup. Esc. Terras de Bouro
1º CEB - Braga



Joaquim José Peres Escaleira
Sóc. 4726 - 59 anos
Esc. Sup. Tecnologia e Gestão, IPVC
SUP - Viana do Castelo



Maria Teresa Ramos Maia Mendes
Sóc. 11 - 79 anos
Aposentada
1º CEB - Porto



José Carlos Gomes Pinheiro
Sóc. 856 - 60 anos
Aposentado
2º CEB - Porto



Maria José Oliveira Reis Sá Moutinho
Sóc. 23696 - 59 anos
Aposentada
ESP - Porto



Matilde Maria Campos Costa Vieira Silva
Sóc. 21185 - 50 anos
Agrup. Esc. Gondifelos - V.N. Famalicão
PRÉ-ESC - Braga



Noel Maria Carvalho de Miranda
Sóc. 954 - 54 anos
ES/3 Rocha Peixoto
3º CEB/SEC - Porto

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN

Suplente ■ Efectivo ■



Abel Guilherme Teixeira Macedo
Sóc. 43 - 60 anos
ES/3 Fontes Pereira de Melo
SEC - Porto



Adriano Soares Pinto
Sóc. 3886 - 55 anos
Agrup. Esc. Clara de Resende
1º CEB - Porto



Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Sóc. 6044 - 56 anos
ES/3 Aurélia de Sousa
3º CEB/SEC - Porto



Ana Maria Coruche dos Santos
Sóc. 23597 - 52 anos
Agrup. Esc. Souselo
2º CEB - Cinfães



Ana Paula Belchior Tomé Maçaira
Sóc. 15854 - 44 anos
Agrup. Esc. Valpaços
PRÉ-ESC - Valpaços



António de Fátima Marques Baldaia
Sóc. 18368 - 51 anos
Agrup. Esc. Infante D. Henrique
1º CEB - Porto



António Joaquim Barreira
Sóc. 21960 - 55 anos
ES/3 António Sérgio
3º CEB/SEC - V. N. Gaia



António Jorge Reis Moreira
Sóc. 15372 - 49 anos
ES/3 Joaquim de Araújo
3º CEB/SEC - Penafiel



Ariana Maria de Almeida Matos Cosme
Sóc. 18734 - 50 anos
Fac. Psic. Ciências Educação
Univ. Porto
SUP - Porto



Carlos Alberto Marques Midões
Sóc. 5592 - 57 anos
Agrup. Esc. Dr. Flávio Gonçalves
2º CEB - P. Varzim



Carlos Alberto Silva dos Santos Taveira
Sóc. 15385 - 44 anos
Agrup. Esc. Diogo Cão
2º CEB - Vila Real



Conceição Maria Martins Peixoto
Sóc. 22382 - 48 anos
Agrup. Esc. Sobreira
PRÉ-ESC - Paredes



Davide Oliveira Castro Dias
Sóc. 6379 - 64 anos
Aposentado
2º CEB - Porto



Fernanda Lopes Martins
Sóc. 20944 - 37 anos
Agrup. Esc. Grijó
3º CEB/SEC - V. N. Gaia



Henrique João Carneiro Borges
Sóc. 2547 - 55 anos
ES Artística Soares dos Reis
SEC - Porto



Isabel Maria Carvalho Baptista
Sóc. 11190 - 52 anos
Universidade Católica
SUP - Porto



João da Fátima Marques Baldaia
Sóc. 3506 - 58 anos
Aposentado
1º CEB - Porto



João Paulo Araújo Dupont
Sóc. 21504 - 50 anos
Agrup. Esc. Ramalho Ortigão
3º CEB/SEC - Porto



José Augusto Moreira Gonçalves Cardoso
Sóc. 2649 - 50 anos
Agrup. Esc. Souselo
2º CEB - Cinfães



José Carlos Lopes
Sóc. 2266 - 58 anos
Agrup. Esc. Nadir Afonso
2º CEB - Chaves



José Manuel de Pinho Gomes
Sóc. 29839 - 42 anos
Agrup. Esc. Bento Carqueja
1º CEB - Oliv. Azeméis



José Manuel Meneses Costa
Sóc. 12217 - 50 anos
Agrup. Esc. Viso
2º CEB - Porto



José Rafael Brito Tormenta
Sóc. 3526 - 53 anos
ES/3 Oliveira do Douro
3º CEB/SEC - V. N. Gaia



Luís António Oliveira Pereira dos Santos
Sóc. 8923 - 51 anos
Esc. Profissional de Braga
PROFISS - Braga

Efectivo Suplente

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN



Manuel Carlos Ferreira Silva
Sóc. 30792 - 64 anos
Instituto de Ciências Sociais
Univ. Minho
SUP - Braga



Margarida Maria Afonso Carlão
Sóc. 17570 - 48 anos
Agrup. Esc. Vinhais
ESP - Vinhais



Maria da Conceição Luís Vaz Nande
Sóc. 16346 - 55 anos
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
1º CEB - Monção



Maria da Luz Vicente Afonso
Sóc. 17050 - 54 anos
Agrup. Esc. Augusto Moreno
1º CEB - Bragança



Maria de Lourdes Oliveira Sousa Rubim
Sóc. 12584 - 52 anos
Centro Social Infantil Cruz de Pau
IPSS - Matosinhos



Maria de Lurdes Silva Veiga
Sóc. 23282 - 43 anos
Agrup. Esc. Taipas
1º CEB - Guimarães



Maria Fernanda Carvalho Mendonça Vasconcelos
Sóc. 19431 - 69 anos
Aposentada
3º CEB/SEC - Porto



Maria Júlia Santos Mourão do Vale
Sóc. 13479 - 48 anos
Agrup. Esc. Briteiros
PRÉ-ESC - Guimarães



Maria Manuela Araújo Costa Gomes Sequeira
Sóc. 23199 - 47 anos
ES/3 Arq. Oliveira Ferreira
3º CEB/SEC - V. N. Gaia



Maria Manuela Milhais Pinto Mendonça
Sóc. 8043 - 51 anos
ES/3 Augusto Gomes
3º CEB/SEC - Matosinhos



Maria Teresa Guimarães Medina
Sóc. 36507 - 53 anos
Fac. Psic. Ciências Educação
Univ. Porto
SUP - Porto



Mário Pedro Leal Cardoso Molinos
Sóc. 3937 - 60 anos
Agrup. Esc. Coura e Minho
3º CEB/SEC - Caminha



Marta Zulmira Carvalho Santos
Sóc. 23701 - 40 anos
Fac. Psic. Ciências Educação
Univ. Porto
SUP - Porto



Noémia Fernanda Teixeira Peres
Sóc. 11155 - 48 anos
Agrup. Esc. Fânzeres
PRÉ-ESC - Gondomar



Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa
Sóc. 21 - 58 anos
Conservatório de Música do Porto
3º CEB/SEC - Porto



Pedro Nuno Ferreira Pinto de Oliveira
Sóc. 22780 - 52 anos
Universidade do Porto
SUP- Porto



Raúl Medina Prata Pinheiro
Sóc. 29105 - 38 anos
Inst. Sup. Engenharia do Porto (IPP)
SUP - Porto



Rogério Correia Tavares Ribeiro
Sóc. 17296 - 47 anos
Agrup. Escolas Gueifães
1º CEB - Maia



Sónia Alexandra Castro R. Dantas Ferreira
Sóc. 43521 - 41 anos
Inst. Sup. Ciências Empresariais e Turismo
SUP - Porto



Vera Lúcia da Silva
Sóc. 25100 - 46 anos
Agrup. Esc. Escultor António Fernandes de Sá
3º CEB/SEC - V. N. Gaia



Vítor Manuel Pereira Gomes
Sóc. 18831 - 47 anos
Conservatório de Música do Porto
1º CEB - Porto

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN

Suplente ■ Efectivo ■



Abílio Afonso Lourenço
Sóc. 1277 - 54 anos
ES/3 Alexandre Herculano
3º CEB/SEC - Porto



Alda Maria Botelho Correia Sousa
Sóc. 6155 - 57 anos
Inst. Ciências Biomédicas Abel Salazar
SUP - Porto



Ana Bela de Fátima Rego Teixeira Monteiro
Sóc. 8525 - 52 anos
Agrup. Esc. Toutosa
PRÉ-ESC - Marco Canaveses



Ana Cristina Almeida Gouveia
Sóc. 25237 - 37 anos
Agrup. Esc. Dr. Costa Matos
1º CEB - V. N. Gaia



Ana Maria Pereira Baptista
Sóc. 18228 - 46 anos
Agrup. Esc. Rodrigues de Freitas
1º CEB - Porto



Ana Paula de Araújo Leite Ildefonso
Sóc. 30172 - 46 anos
ES/3 Martins Sarmento
3º CEB/SEC - Guimarães



Anabela Pereira Fernandes Bastos
Sóc. 25234 - 38 anos
Agrup. Esc. Rates
3º CEB/SEC - P. Varzim



Cristina Cândida Lopes Sousa Morais Santos
Sóc. 31239 - 42 anos
Agrup. Esc. Paredes
2º/3º CEB - Paredes



Isolina Maria Cerejo da Costa
Sóc. 21047 - 47 anos
ES/3 Rio Tinto
3º CEB/SEC - Gondomar



Lúcia da Conceição Lopes
Sóc. 22050 - 48 anos
Agrup. Esc. S. Lourenço - Ermesinde
1º CEB - Valongo



Maria da Conceição Cerejo da Costa
Sóc. 7883 - 50 anos
Agrup. Esc. Sobreira
3º CEB/SEC - Paredes



Maria Fernanda Barbosa Silva Costa
Sóc. 8196 - 56 anos
Agrup. Esc. Avintes
2º/3º SEC - V. N. Gaia



Maria Judite Pinho Pereira Almeida
Sóc. 7563 - 42 anos
ES/3 Alexandre Herculano
3º CEB/SEC - Porto



Maria Paula Corte Real Santos
Sóc. 25018 - 43 anos
ES/3 Soares dos Reis
3º CEB/SEC - Porto



Paulo Manuel Oliveira Silva
Sóc. 37208 - 39 anos
Colégio Sardão
PART - V. N. Gaia



Ricardo Jorge Costa Meireles
Sóc. 27814 - 39 anos
Agrup. Esc. Ínfias
1º CEB - Vizela



Rui Eduardo Trindade Fernandes
Sóc. 8215 - 52 anos
Fac. Psic. Ciências Educação
Univ. Porto
SUP - Porto



Rui José Vieira Santos
Sóc. 29725 - 43
Agrup. Esc. Cerco
2º CEB - Porto



Sandra Isabel Faria Esteves
Sóc. 33475 - 40 anos
Esc. Profissional Conde S. Bento
3º CEB/SEC - Santo Tirso



Teresa Catarina Silva Soares Ferreira Madureira
Sóc. 41683 - 32 anos
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco
PRÉ-ESC - Vila do Conde

Efectivo Suplente

CONSELHO FISCAL E DE JURISDIÇÃO



Felizardo Bouene
Sóc. 20 - 63 anos
Aposentado
2º CEB - Matosinhos



Ana Gracinda Tavares Fonseca Maia Arezes
Sóc. 7406 - 63 anos
Agrup. Esc. Pedrouços
2º CEB - Maia



Ana Maria Nascimento Monteiro Aguiar
Sóc. 66 - 58 anos
Aposentada
PRÉ-ESC - V.N. Gaia



Jorge Manuel Pinto Silva Ferreira
Sóc. 34795 - 38 anos
ES/3 Miguel Torga
3º CEB/SEC - Bragança



José Américo Fernandes Torres
Sóc. 29815 - 54 anos
ES/3 Joaquim de Araújo
3º CEB/SEC - Penafiel



José António de Matos Diniz Pinto
Sóc. 1039 - 60 anos
Agrup. Esc. Real
1º CEB - Braga



Mário Luiz Magalhães Fernandes
Sóc. 10259 - 54 anos
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
2º CEB - Monção



António José Pinheiro Bárbara
Sóc. 10917 - 59 anos
Agrup. Esc. Canelas
3º CEB/SEC - Vila Nova de Gaia



João Manuel Ferreira Gonçalves Travanca
Sóc. 957 - 60 anos
ES/3 Valongo
3º CEB/SEC - Valongo



José Salgueiro Cerqueira
Sóc. 20292 - 62 anos
ES/3 Barcelinhos
3º CEB/SEC - Barcelos

DIRECÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO

Suplente Efectivo Direcção



Ana Maria
Peixoto de Sousa Teixeira
Sóc. 7928 - 54 anos
Agrup. Esc. Oliveira Júnior
PRÉ-ESC - S. João da Madeira



Maria Flávia
Santos Silva Almeida Fontes
Sóc. 21018 - 49 anos
EBI Torreira
1º CEB - Murtosa



Nuno José
Figueiredo Gomes Silva
Sóc. 24769 - 41 anos
Agrup. Esc. Paços de Brandão
2º CEB - Santa Maria da Feira



Agostinho
de Jesus Vieira
Sóc. 18011 - 55 anos
Agrup. Esc. Castelo de Paiva
2º CEB - Castelo de Paiva



Ana Maria
Feiteira Ferreira de Sousa
Sóc. 10186 - 56 anos
Agrup. Esc. Argoncilhe
3º CEB/SEC - Santa Maria da Feira



Carlos Alberto
Barbosa Moreira
Sóc. 10712 - 54 anos
Agrup. Esc. Castelo de Paiva
1º CEB - Castelo de Paiva



Eva Lúcia
Fernandes da Costa
Sóc. 29840 - 36 anos
Agrup. Esc. Escariz
1º CEB - Arouca



Felicidade
Moreira Santos
Sóc. 18952 - 51 anos
Agrup. Esc. Argoncilhe
2º CEB - Santa Maria da Feira



Florinda Fernanda
Alves Martins
Sóc. 12253 - 55 anos
Agrup. Esc. Sá Couto
PRÉ-ESC - Espinho



Isabel Maria
Pardal Hanemann Soares
Sóc. 12131 - 47 anos
Agrup. Esc. Couto de Cucujães
3º CEB/SEC - Oliveira de Azeméis



Isabel Maria
Teixeira Ferreira da Costa
Sóc. 24496 - 44 anos
Agrup. Esc. Búzio
3º CEB/SEC - Vale de Cambra



Isabel Maria
Valente Sousa
Sóc. 18002 - 46 anos
Agrup. Esc. Argoncilhe
1º CEB - Santa Maria da Feira



Maria Clara
Gomes Borges Almeida
Sóc. 21911 - 47 anos
Agrup. Esc. Búzio
3º CEB/SEC - Vale de Cambra



Maria de Lurdes
Nogueira Gomes Moura Silva
Sóc. 24974 - 43 anos
Agrup. Esc. Argoncilhe
2º CEB - Santa Maria da Feira



Maria Filomena
Maia Rebelo
Sóc. 21132 - 47 anos
Agrup. Esc. Murtosa
ESP - Murtosa



Maria João Guerra Balça
Pinheiro de Barros
Sóc. 19623 - 51 anos
Agrup. Esc. Oliveira Júnior
3º CEB/SEC - S. João da Madeira



Maria Manuela
Martins Fidalgo
Sóc. 3566 - 54 anos
Agrup. Esc. Domingos Capela
1º CEB - Espinho



Maria Manuela
Pereira Clemente
Sóc. 28699 - 46 anos
Agrup. Esc. Castelo de Paiva
PRÉ-ESC - Castelo de Paiva



Mónica Sofia
Coelho Gomes
Sóc. 39062 - 32 anos
Agrup. Esc. Pinheiro da Bemposta
1º CEB - Oliveira de Azeméis



Serafina
Salvador
Sóc. 22242
56 anos - Agrup. Esc. Ovar
PRÉ-ESC - Ovar



Abílio
de Bessa Nunes Quintas
Sóc. 12683 - 48 anos
Agrup. Esc. Senhora da Hora
2º CEB - Matosinhos



António Maria
Azevedo
Sóc. 37 - 63 anos
Aposentado
3º CEB/SEC - Ovar



Elsa Maria
Ferreira Coelho Leite
Sóc. 37302 - 38 anos
Agrup. Esc. Cerco
PRÉ-ESC - Porto



Maria Alice
de Sousa Ferreira Pinto
Sóc. 2226 - 65 anos
Aposentada
2º CEB - Espinho



Maria Antónia
Coelho Carmo Canhoto
Sóc. 11618 - 64 anos
Aposentada
1º CEB - Castelo de Paiva



Maria Estefânia
Rodrigues de Castro Brandão
Sóc. 599 - 58 anos
Agrup. Esc. Sá Couto
2º CEB - Espinho



Patrícia Gabriela
Magalhães Nogueira
Sóc. 28838 - 34 anos
Agrup. Esc. Argoncilhe
1º CEB - Santa Maria da Feira



Isabel Maria Gomes Sameiro Macedo
Sóc. 13923 - 52 anos
Agrup. Esc. Prado
2º CEB - Vila Verde



Jorge Luís Fernandes Pimentel
Sóc. 17669 - 51 anos
Agrup. Esc. Júlio Brandão
1º CEB - V.N. Famalicão



José Maria Barbosa Cardoso
Sóc. 19918 - 50 anos
ES/3 Alcaides de Faria
3º CEB/SEC - Barcelos



Sílvia de Lurdes de Morais Alves
Sóc. 40698 - 31 anos
Agrup. Esc. Maximinos
2º CEB - Braga



Adriano Ferreira Costa
Sóc. 5186 - 57 anos
Cercifafe
PART - Fafe



Anabela Maria Gomes Rios
Sóc. 6479 - 58 anos
Conservatório Calouste Gulbenkian
2º CEB - Braga



António Oliveira Alves de Sousa
Sóc. 8990 - 53 anos
ES/3 Francisco de Holanda
3º CEB/SEC - Guimarães



Benjamim da Costa Araújo
Sóc. 43274 - 57 anos
ES/3 D. Sancho I
3º CEB/SEC - V.N. Famalicão



Elisa Fernanda Oliveira Miranda
Sóc. 24835 - 51 anos
Agrup. Esc. Monsenhor Elísio Araújo
1º CEB - Vila Verde



Fernando Manuel Silva Pinto
Sóc. 25332 - 51 anos
Agrup. Esc. Vale d'Este
PRÉ-ESC - Barcelos



Isilda Maria Martins Lopes
Sóc. 27235 - 54 anos
ES/3 Henrique Medina
3º CEB/SEC - Esposende



Jorge Vítor Ramos da Silva
Sóc. 30321 - 46 anos
Agrup. Esc. Mosteiro e Cávado
3º CEB/SEC - Braga



José António Coimbra e Sousa Barbosa
Sóc. 13235 - 54 anos
ES/3 Carlos Amarante
3º CEB/SEC - Braga



José Carlos da Costa Gomes
Sóc. 20338 - 40 anos
Agrup. Esc. Vila Verde
2º CEB - Vila Verde



José Manuel Carvalho Teixeira Gomes
Sóc. 31070 - 57 anos
Agrup. Esc. Abação
1º CEB - Guimarães



Júlia Fernanda P. Carvalhal Gonçalves
Sóc. 13989 - 50 anos
ES/3 Barcelos
3º CEB/SEC - Barcelos



Luís do Sameiro Godinho Silva Braga
Sóc. 20054 - 56 anos
Agrup. Esc. Lamaçães
3º CEB/SEC - Braga



Manuel Oliveira Gonçalves
Sóc. 42040 - 50 anos
Agrup. Esc. Montelongo
2º CEB - Fafe



Manuel Vítor Gonçalves Leite
Sóc. 43805 - 46 anos
ES/3 Francisco de Holanda
3º CEB/SEC - Guimarães



Maria Alzira Oliveira de Sousa Couto
Sóc. 20387 - 46 anos
Agrup. Esc. Taipas
PRÉ-ESC - Guimarães



Maria Cidália da Cunha Faria Camacho
Sóc. 26461 - 46 anos
Agrup. Esc. Trigal - Santa Maria
PRÉ-ESC - Braga



Maria da Conceição Gomes Rodrigues
Sóc. 8998 - 51 anos
Agrup. Vale do Tamel
1º CEB - Barcelos



Maria do Céu Simões Faria de Barros
Sóc. 5738 - 56 anos
Agrup. Esc. Palmeira
2º CEB - Braga



Maria Emília Almeida Baltazar
Sóc. 41606 - 54 anos
Agrup. Esc. Infias
2º CEB - Vizela



Maria Madalena Alves Ferreira
Sóc. 25320 - 57 anos
Agrup. Esc. Prado
2º CEB - Vila Verde



Maria Manuela Sousa Barroso Martins
Sóc. 16460 - 44 anos
Agrup. Esc. Apúlia
1º CEB - Esposende



Octávio Vidal Teixeira Oliveira
Sóc. 1991 - 60 anos
ES/3 D. Maria II
3º CEB/SEC - Braga



Osvaldo Raúl Ramos
Sóc. 37184 - 47 anos
Agrup. Esc. Moreira de Cónegos
1º CEB - Guimarães



Renato Célio Marinho Silva
Sóc. 25030 - 40 anos
ES/3 Póvoa de Lanhoso
3º CEB/SEC - Póvoa de Lanhoso



Susana Maria Fernandes Pires Malainho
Sóc. 23681 - 46 anos
Agrup. Esc. Amares
ESP - Amares

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGA

Suplente Efectivo Direcção



Ana Maria Ribeiro Costa
Sóc. 41144 - 33 anos
Agrup. Esc. Vale do Este
PRÉ-ESC - V.N. Famalicão



Armando Nogueira Nina
Sóc. 7391 - 55 anos
ES/3 Alberto Sampaio
3º CEB/SEC - Braga



Celeste da Conceição Barbosa do Vale
Sóc. 32204 - 36 anos
Agrup. Esc. Bernardino Machado
2º CEB - V.N. Famalicão



João Loureiro Beleza
Sóc. 24327 - 52 anos
ES/3 Maximinos
3º CEB/SEC - Braga



José Maria Ferraz Faria
Sóc. 6711 - 66 anos
Aposentado
1º CEB - Braga



Júlio Manuel da Silva Gonçalves
Sóc. 27796 - 44 anos
Agrup. Esc. Vale do Este
2º CEB - V.N. Famalicão



Maria de Fátima M. Antunes Gonçalves Teixeira
Sóc. 18245 - 51 anos
Universidade do Minho
SUP - Braga



Maria de Lurdes Alves Salgueira
Sóc. 1972 - 60 anos
Agrup. Esc. Mosteiro e Cávado
2º CEB - Braga



Maria de Lurdes Rodrigues Fernandes
Sóc. 8070 - 49 anos
Agrup. Esc. Taipas
PRÉ-ESC - Guimarães



Rosa do Sameiro da Silva Fernandes
Sóc. 35243 - 47 anos
Agrup. Esc. Braga Oeste
ESP - Braga

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGANÇA



Alice Conceição Susano
Sóc. 1548 – 59 anos
Agrup. Esc. Paulo Quintela
1º CEB - Bragança



Albino João Cordeiro Rodrigues
Sóc. 17062 - 52 anos
Agrup. Esc. Mogadouro
3º CEB/SEC - Mogadouro



Carla Sandra Almeida Vaz Rodrigues
Sóc. 28032 - 36 anos
Agrup. Esc. Miranda do Douro
3º CEB/SEC - Miranda do Douro



Isabel Maria Miranda Poças
Sóc. 17132 - 54 anos
Agrup. Esc. Augusto Moreno
PRÉ-ESC - Bragança



Maria Cristina Gonçalves Carvalho
Sóc. 22889 - 43 anos
Agrup. Esc. Vila Flor
2º CEB - Vila Flor



Maria Luísa Oliveira Carvalho Pinto Cunha
Sóc. 15595 - 51 anos
Agrup. Esc. Torre D. Chama
2º CEB - Mirandela



Maria Zita Moura Regente
Sóc. 17938 - 47 anos
Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
1º CEB - Mirandela



Albertina Raposo Marcos Pires
Sóc. 17413 - 48 anos
Agrup. Esc. Augusto Moreno
ESP - Bragança



José Carlos Costa Moreira
Sóc. 25855 - 41 anos
Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
3º CEB/SEC - Mirandela



Sónia Raquel Miranda Gonçalves
Sóc. 33736 - 36 anos
Agrup. Esc. Alfândega da Fé
3º CEB/SEC - Alfândega da Fé



José Augusto Nascimento Domingues
Sóc. 17623 - 47 anos
ES/3 Miguel Torga
3º CEB/SEC - Bragança



Ana Paula Ortega
Sóc. 17835 - 48 anos
Agrup. Esc. Vinhais
3º CEB/SEC - Vinhais



Elisa Maria Rodrigues Guimarães
Sóc. 17433 - 46 anos
Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
1º CEB - Mirandela



João Pedro Carneiro Borges Gomes
Sóc. 29256 - 38 anos
Esc. Sup. Tecnologia e Gestão - IPB
SUP - Mirandela



Maria Isabel Teixeira Fontes
Sóc. 15561 - 47 anos
Agrup. Esc. Vila Flor
PRÉ-ESC - Vila Flor



Maria Margarida Amorim Pereira Vilar
Sóc. 8657 - 51 anos
Agrup. Esc. Macedo de Cavaleiros
2º CEB - Macedo de Cavaleiros



Paulo Roberto da Silva Moreira
Sóc. 37130 - 29 anos
Agrup. Esc. Carrazeda de Ansiães
3º CEB/SEC - Carrazeda de Ansiães



Carla Maria Esteves Martins
Sóc. 28613 - 35 anos
ES/3 Emídio Garcia
3º CEB/SEC - Bragança



Maria de Fátima Almendra Santos
Sóc. 40603 - 52 anos
Agrup. Esc. Abade de Baçal
1º CEB - Bragança



Maria José Martins Miranda
Sóc. 17052 - 48 anos
ES/3 Mirandela
3º CEB/SEC - Mirandela



António Manuel Ramos Pimenta de Castro
Sóc. 8607 - 57 anos
Agrup. Esc. Torre de Moncorvo
3º CEB/SEC - Torre de Moncorvo



Fernanda Maria Preto Ferreira
Sóc. 17094 - 52 anos
Agrup. Esc. Miranda do Douro
1º CEB - Miranda do Douro



José Carlos Vaz Gonçalves
Sóc. 8664 - 51 anos
Agrup. Esc. Vimioso
2º CEB. - Vimioso



Maria Leonor Barreira Vila Ferreira
Sóc. 17881 - 44 anos
Agrup. Esc. Carrazeda de Ansiães
PRÉ-ESC - Carrazeda de Ansiães



Maria Teresa Teixeira Pereira
Sóc. 22249 - 47 anos
ES/3 Abade de Baçal
3º CEB/SEC - Bragança



Maria Cármen Sil Monteiro Ochoa Pimentel
Sóc. 15692 - 50 anos
Agrup. Esc. Vila Flor
PRÉ-ESC Vila Flor



Maria Esmeralda Afonso Rodrigues
Sóc. 17897 - 51 anos
Agrup. Esc. Augusto Moreno
1º CEB - Bragança

DIRECÇÃO DISTRITAL DE PORTO

Suplente Efectivo Direcção



Anabela de Barros Pinto Sousa
Sóc. 25455 - 38 anos
ES/3 Rio Tinto
3º CEB/SEC - Gondomar



João Fernando Melo da Costa
Sóc. 10224 - 58 anos
Aposentado
1º CEB - Póvoa de Varzim



Maria José Araújo da Silva
Sóc. 24679 - 47 anos
Agrup. Esc. Matosinhos
1º CEB - Matosinhos



Maria Ondina Ferreira Carneiro
Sóc. 25024 - 43 anos
Agrup. Esc. Toutosa
PRÉ-ESC - Marco de Canaveses



Susana Maria Moura Ferreira Nunes
Sóc. 15504 - 48 anos
Agrup. Esc. D. Ant.º Ferreira Gomes
PRÉ-ESC - Penafiel



Albino Carvalho Lopes
Sóc. 34690 - 47 anos
Agrup. Esc. Airães
1º CEB - Felgueiras



Ana Maria Linhares Moreira Pinto Oliveira
Sóc. 4384 - 52 anos
Agrup. Esc. Júlio Saul Dias
3º CEB/SEC - Vila do Conde



Ana Paula Canotilho Seixas
Sóc. 24435 - 49 anos
Agrup. Esc. Valbom
3º CEB/SEC - Gondomar



Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes
Sóc. 24763 - 46 anos
Agrup. Esc. Paredes
2º CEB - Paredes



António César Antunes Matos Viegas
Sóc. 8328 - 53 anos
Agrup. Esc. Dr. Costa Matos
2º CEB - Vila Nova de Gaia



António Jorge França Teixeira
Sóc. 27350 - 57 anos
ES/3 Amarante
3º CEB/SEC - Amarante



Armando Manuel Castilho Rodrigues Castro
Sóc. 23950 - 41 anos
ES/3 Carvalhos
3º CEB/SEC - V.N. Gaia



Arminda Rosa Alves Vilela Barbosa
Sóc. 10548 - 62 anos
Agrup. Esc. Gondomar
2º CEB - Gondomar



Carlos Alberto Rainho Quinteiro
Sóc. 20718 - 41 anos
Agrup. Esc. Toutosa
1º CEB - Marco de Canavezes



Eduardo José Sampaio Nunes Ferreira
Sóc. 18247 - 52 anos
Agrup. Esc. D. Ant.º Ferreira Gomes
1º CEB - Penafiel



Elisabete da Silva Costa
Sóc. 21654 - 44 anos
Agrup. Esc. Afonso Betote
1º CEB - Vila do Conde



Filomena Jeannette Lemos Ferreira
Sóc. 8822 - 55 anos
Agrup. Esc. S. Mamede de Infesta
1º CEB - Matosinhos



Hugueta Joana Pacheco Miranda
Sóc. 26374 - 46 anos
Agrup. Esc. S. Pedro da Cova
2º CEB - Gondomar



Isabel Manuela Brochado Teixeira
Sóc. 40768 - 42 anos
Agrup. Esc. Penafiel Sul
2º CEB - Penafiel



Isabel Maria Sousa Hortas
Sóc. 19017 - 53 anos
ES/3 Fontes Pereira de Melo
3º CEB/SEC - Porto



João Manuel Morais Silva Jerónimo
Sóc. 5676 - 50 anos
Agrup. Esc. Irmãos Passos
3º CEB/SEC - Matosinhos



João Paulo Rebelo da Silva
Sóc. 25149 - 36 anos
Agrup. Esc. D. Pedro I - Canidelo
2º CEB - V.N. Gaia



Jorge Manuel da Conceição Pinto
Sóc. 5048 - 57 anos
Agrup. Esc. Paços de Ferreira
2º CEB - Paços de Ferreira



José do Nascimento Magalhães
Sóc. 11515 - 56 anos
ES/3 Trofa
3º CEB/SEC - Trofa



José Manuel Pereira da Silva
Sóc. 27824 - 58 anos
Colégio Internato Carvalhos
PART - Vila Nova de Gaia



José Paulo Leites da Costa
Sóc. 28800 - 47 anos
Agrup. Esc. Lousada Centro
3º CEB/SEC - Lousada



Lucinda Alberta Teixeira Gomes
Sóc. 1207 - 62 anos
ES/3 José Régio
3º CEB/SEC - Vila Conde



Luís Rui Cardoso
Sóc. 15701 - 60 anos
Agrup. Esc. Campo
2º CEB - Valongo



Maria de Fátima Silva Ribeiro Peixoto
Sóc. 41424 - 49 anos
Agrup. Esc. Amarante
1º CEB - Amarante

DIRECÇÃO DISTRITAL DE PORTO



Maria de Lurdes Ferreira Graça Mesquita
Sóc. 8169 - 52 anos
Agrup. Esc. Cego do Maio
1º CEB - Póvoa de Varzim



Maria de Lurdes Moreira Babo da Silva
Sóc. 8619 - 49 anos
Agrup. Esc. Paredes
PRÉ-ESC - Paredes



Maria do Patrocínio Moreira Cardoso
Sóc. 20274 - 53 anos
Agrup. Esc. Santo Tirso
ESP - Santo Tirso



Maria Elisabete Carvalho da Silva da Costa
Sóc. 3844 - 58 anos
Agrup. Esc. Amarante
2º CEB - Amarante



Maria José Santos Costa
Sóc. 21565 - 44 anos
Agrup. Esc. Soares dos Reis
ESP - Vila Nova de Gaia



Maria Odete Moreira Ferreira Souto
Sóc. 19237 - 51 anos
Agrup. Esc. Sudeste de Baião
3º CEB/SEC - Baião



Maria Salomé Fernandes Ribeiro
Sóc. 24036 - 48 anos
Agrup. Esc. Antas
3º CEB/SEC - Porto



Maria Teresa Moio Pires Miranda
Sóc. 18275 - 48 anos
Agrup. Esc. A-Ver-o-Mar
ESP - Póvoa de Varzim



Paulo Nuno Ferreira dos Santos Silva
Sóc. 33527 - 39 anos
Agrup. Esc. Marco de Canaveses
2º CEB - Marco de Canaveses



Rosa Maria Cruz Fernandes Coelho
Sóc. 13255 - 47 anos
Agrup. Esc. Cego do Maio
PRÉ-ESC - Póvoa de Varzim



Teresa Maria Martins Evaristo Monteiro
Sóc. 19950 - 57 anos
ES/3 Rocha Peixoto
3º CEB/SEC - Póvoa de Varzim



Aida Maria Ferreira Pinto
Sóc. 4696 - 53 anos
Agrup. Esc. Afonso Betote
ESP - Vila do Conde



António Duarte Conde Almeida Cunha
Sóc. 30664 - 42 anos
Agrup. Esc. Penafiel Sul
3º CEB/SEC - Penafiel



António Ricardo Teixeira
Sóc. 15298 - 44 anos
Agrup. Esc. Amadeo Souza Cardoso
1º CEB - Amarante



Cândida Rosa de Seixas
Sóc. 12613 - 53 anos
Aposentada
1º CEB - Marco de Canaveses



Cecília Maria Tavares Lourenço
Sóc. 28282 - 38 anos
Agrup. Esc. Canelas
2º CEB - Vila Nova de Gaia



Dora de Jesus Nunes Moreira Colaço
Sóc. 24390 - 42 anos
Agrup. Esc. D. Ant.º Ferreira Gomes
ESP - Penafiel



Fernanda Maria Sucena Cardoso
Sóc. 21522 - 49 anos
Agrup. Esc. Gonçalo Mendes da Maia
3º CEB/SEC - Maia



João Adriano Fernandes Rangel
Sóc. 153 - 59 anos
Fac. Belas Artes, UP
SUP - Porto



João Leónidas Silva Pinto
Sóc. 18556 - 47 anos
Agrup. Esc. Irene Lisboa
2º CEB - Porto



Maria da Piedade Morais Azevedo Baía Patrão
Sóc. 10977 - 48 anos
Agrup. Esc. Alfena
PRÉ-ESC - Valongo



Maria das Dores Marques Fernandes
Sóc. 16907 - 42 anos
Agrup. Esc. Afonso Betote
3º CEB/SEC - Vila do Conde



Maria do Rosário Seara Moura Barros Rebelo
Sóc. 7634 - 54 anos
Colégio São Gonçalo
PART - Amarante



Nuno André Seabra Fonseca
Sóc. 36343 - 34 anos
Agrup. Esc. Matosinhos
1º CEB - Matosinhos



Rosa Maria Teixeira Pinto Ferreira
Sóc. 19171 - 49 anos
Agrup. Esc. Alfena
PRÉ-ESC - Valongo

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Suplente Efectivo Direcção



Francisco Ribeiro Vaz
Sóc. 16393 - 51 anos
ES Monserrate
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Margarida Maria Cabral Maio
Sóc. 1398 - 57 anos
Agrup. Esc. Coura e Minho
3º CEB/SEC - Caminha



Maria José Rocha Almeida
Sóc. 16752 - 46 anos
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
PRÉ-ESC - Monção



Anabela de Jesus Lourenço Enes Eiriz
Sóc. 30247 - 47 anos
ES/3 Monção
3º CEB/SEC - Monção



Carla Maria Alves Rocha Moreira
Sóc. 28866 - 38 anos
Agrup. Esc. Valdevez
2º CEB - Arcos de Valdevez



Maria da Conceição Rodrigues Branco
Sóc. 8816 - 51 anos
Agrup. Esc. Foz do Neiva
PRÉ-ESC - Viana do Castelo



Isabel do Rosário Parra Rodrigues Cerqueira
Sóc. 27440 - 47 anos
Agrup. Território Educativo de Coura
2º CEB - Paredes de Coura



João António Ribeiro Lopes Correia
Sóc. 1301 - 57 anos
Agrup. Esc. Arcozelo
1º CEB - Ponte de Lima



João Manuel Vilas
Sóc. 16392 - 50 anos
Ancorensis – Cooperativa de Ensino
PART - Caminha



Jorge Manuel Gomes Teixeira
Sóc. 28000 - 46 anos
Esc. Sup. Tecnologia e Gestão - IPVC
SUP - Viana do Castelo



José Manuel Bastião Veríssimo
Sóc. 23521 - 43 anos
Agrup. Esc. Muralhas do Minho
2º CEB - Valença



Maria da Graça Neiva Pires
Sóc. 5700 - 51 anos
Agrup. Esc. Ponte da Barca
3º CEB/SEC - Ponte da Barca



Maria do Rosário Afonso Rodrigues Cunha
Sóc. 16655 - 53 anos
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
1º CEB - Monção



Maria Manuela Afonso Cardoso
Sóc. 21455 - 45 anos
Agrup. Esc. Melgaço
PRÉ-ESC - Melgaço



Mário Pedro Cunha Ferreira
Sóc. 32962 - 44 anos
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
3º CEB/SEC - Monção



Paula Maria Rodrigues Sampaio Gonçalves
Sóc. 16784 - 49 anos
Agrup. Esc. António Feijó
PRÉ-ESC - Ponte de Lima



Rogério Manuel Barreiros Correia
Sóc. 1376 - 55 anos
Agrup. Esc. Valdevez
3º CEB/SEC - Arcos de Valdevez



Rosalina de Lurdes Alves
Sóc. 29267 - 41 anos
Agrup. Esc. Muralhas do Minho
2º CEB - Valença



Rui Pedro Rodrigues Palma da Silva
Sóc. 16577 - 45 anos
Agrup. Esc. Darque
1º CEB - Viana do Castelo



Vanda Paula Esteves Carvalho
Sóc. 33266 - 46 anos
Agrup. Esc. Coura e Minho
3º CEB/SEC - Caminha



Ana Maria Oterelo Temporão
Sóc. 27442 - 46 anos
Agrup. Esc. Valdevez
PRÉ-ESC - Arcos de Valdevez



Cristina Maria Peixoto de Carvalho
Sóc. 27039 - 41 anos
Agrup. Esc. Entre Arga e Lima
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Maria de Fátima Silva Mesquita
Sóc. 16919 - 41 anos
Agrup. Esc. Ponte da Barca
2º CEB - Ponte da Barca



Maria Emília Morgado de Magalhães Moreira
Sóc. 16127 - 54 anos
Agrup. Esc. Atlântico
PRÉ-ESC - Viana do Castelo



Natércia Maria Costa Ventura
Sóc. 16216 - 49 anos
Agrup. Esc. Valdevez
PRÉ-ESC - Arcos de Valdevez



Paulo Alexandre Dias Franco
Sóc. 14743 - 43 anos
Agrup. Esc. Trofa
2º CEB - Trofa



Susana Cecília Fernandes Pereira d'Eça
Sóc. 16081 - 49 anos
Agrup. Esc. Muralhas do Minho
ESP - Valença

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL



Anabela
Freire de Almeida Acha
Sóc. 30722 - 51 anos
ES/3 Morgado de Mateus
3º CEB/SEC - Vila Real



Alexandre
Gomes Silveira Fraguito
Sóc. 30207 - 37 anos
Agrup. Esc. Lamego
2º CEB - Lamego



Ana Maria Matias Guedes
Sóc. 7701 - 51 anos
Agrup. Esc. Montalegre
1º CEB - Montalegre



Gabriela Maria
Costa Rodrigues Alves
Sóc. 33283 - 43 anos
Agrup. Esc. Mesão Frio
3º CEB/SEC - Mesão Frio



José Carlos
Gonçalves Dinis
Sóc. 14628 - 49 anos
Agrup. Esc. Ribeira de Pena
2º CEB - Ribeira de Pena



Luís Alberto
Gaspar Guedes Rodrigues
Sóc. 15154 - 50 anos
Agrup. Esc. Diogo Cão
1º CEB - Vila Real



Maria Margarida
Andrade Soares Nascimento
Sóc. 2765 - 59 anos
Agrup. Esc. Nadir Afonso
1º CEB - Chaves



Alzira Fonseca
Pinto Ribeiro
Sóc. 15388 - 49 anos
Agrup. Esc. Mesão Frio
PRÉ-ESC - Mesão Frio



Carlos Manuel
Queiroz Sampaio
Sóc. 21158 - 49 anos
Agrup. Esc. Vila Pouca de Aguiar
2º CEB - V. Pouca de Aguiar



Paula Maria Silva
Almeida Carvalho Lima
Sóc. 20715 - 46 anos
Agrup. Esc. Murça
ESP - Murça



José Manuel
Sarmento Morais Caldas
Sóc. 3234 - 56 anos
Agrup. Esc. Valpaços
1º CEB - Valpaços



Alice Maria
Ferreira Santos Melo Lima
Sóc. 20692 - 47 anos
Agrup. Esc. Amadeo Souza Cardoso
PRÉ-ESC - Amarante



Ana Paula
Alves Adão
Sóc. 39046 - 39 anos
Agrup. Esc. Montalegre
2º CEB - Montalegre



Guida Maria
Peixoto Ribeiro dos Santos
Sóc. 29478 - 35 anos
ES/3 Prof. Doutor Flávio Pinto Resende
3º CEB/SEC - Cinfães



José Eduardo
Ribeiro Seixas
Sóc. 20931 - 37 anos
Agrup. Esc. Diogo Cão
3º CEB/SEC - Vila Real



Manuel Joaquim
Miranda Lopes
Sóc. 3329 - 60 anos
Agrup. Esc. Vidago
2º CEB - Chaves



Rosa
dos Anjos Pessoa
Sóc. 14462 - 45 anos
Agrup. Esc. Franc. Gonçalves Carneiro
2º CEB - Chaves



António Manuel
Aires de Sousa
Sóc. 41535 - 40 anos
Agrup. Esc. Alijó
3º CEB/SEC - Alijó



Elisabete Maria
Guedes Sousa
Sóc. 14711 - 44 anos
Agrup. Esc. Nadir Afonso
2º CEB - Chaves



Maria José
Lemos Bebiano
Sóc. 15254 - 46 anos
Agrup. Esc. Sabrosa
PRÉ-ESC - Sabrosa



Américo
Nunes Peres
Sóc. 3241 - 57 anos
Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro
SUP - Chaves



Celestino
Paiva Chaves
Sóc. 4760 - 60 anos
Agrup. Esc. Valpaços
3º CEB/SEC - Valpaços



Helena Cristina
Barrigas Maia
Sóc. 14727 - 42 anos
Agrup. Esc. Franc. Gonçalves Carneiro
PRÉ-ESC - Chaves



José Fernando
Bessa Ribeiro
Sóc. 21790 - 44 anos
Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro
SUP - Vila Real



Maria do Carmo
Guedes Martins Quinteira
Sóc. 20561 - 45 anos
Agrup. Esc. Mons. Jerónimo do Amaral
ESP - Vila Real



Arlete
Teixeira Lopes
Sóc. 6047 - 56 anos
Agrup. Esc. Valpaços
1º CEB - Valpaços



Maria da Graça
Pereira Cardoso
Sóc. 3328 - 56 anos
Aposentada
1º CEB - Valpaços

LISTA S

SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública

Princípios programáticos

A lista candidata à Mesa da Assembleia-Geral, à Direcção, ao Conselho Fiscal e de Jurisdição e às direcções distritais de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, que se apresenta aos sócios do Sindicato dos Professores do Norte sob o lema ***SEMPRE ao serviço dos Educadores e Professores, da Educação e da Escola Pública***, assume-se como lista de continuidade da actual Direcção do SPN, mantendo a consigna que identificou este projecto sindical nos actos eleitorais de 13.05.2008 e de 22.06.2009.

SEMPRE, porque uma boa parte dos candidatos ajudaram a construir o projecto sindical do SPN desde o início, no já longínquo ano de 1982. Tendo presente a grandeza deste projecto, respeitando todo o seu passado, identificando-se totalmente com o seu presente e de olhos postos num futuro que se deseja melhor, os dirigentes, delegados e activistas sindicais que corporizam a **Lista S** e se candidatam às eleições dos Corpos Gerentes para o triénio 2011-2014, a realizar no dia 26 de Maio, assumem os princípios de um sindicalismo forte, combativo, solidário, independente, reflexivo, democrático e responsável.

Forte, porque só sindicatos fortes poderão estar à altura de constituir o garante da defesa e do desenvolvimento dos direitos dos trabalhadores.

Combativo, porque, perante a gravidade da situação actual e da ofensiva contra os direitos dos educadores/professores, é necessário um sindicalismo que não se intimide com as dificuldades e esteja disponível para lutar e levar a cabo as acções e formas de luta que se revelam mais adequadas a cada momento e se constituam como factor de unidade dos trabalhadores.

Solidário, porque o sindicalismo é, por excelência, um espaço de solidariedades: solidariedade a nível interno, entre as diversas gerações e as diferentes situações profissionais que formam a classe profissional docente; solidariedade com todas as organizações sindicais de professores que perseguem os mesmos objectivos, designadamente no seio da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que ajudámos a criar em 1983; solidariedade para com outras organizações sindicais que perseguem objectivos comuns, visando a emancipação e a dignificação de todos os trabalhadores e do trabalho com direitos, de que em Portugal é exemplo maior a CGTP-IN – que integramos e cuja filiação na Confederação Sindical Internacional (CSI) continuamos a defender, abrindo caminhos para a construção de respostas globais a problemas que a própria globalização coloca a todos os países e a todas as organizações sindicais. Solidariedade, enfim, com o povo português, na sua luta por uma vida melhor, e com todos os povos que enfrentam a exploração e a exclusão provocada pela onda neoliberal que fustiga os nossos dias.

Independente, porque sem a mais completa independência não há, verdadeiramente, sindicalismo e porque a independência é uma das condições do pluralismo sindical e do respeito pela diversidade de pensamento dos sócios e da classe profissional que o sindicato representa. Independência face aos governos, mas também face às forças políticas, económicas, religiosas, ou outras, sabendo incluir todas as sensibilidades e posições pessoais e construindo os consensos que, em cada momento, melhor sirvam os interesses dos educadores/professores, mais se ajustem à melhoria da qualidade da Educação e que permitam garantir a unidade da classe docente.

Reflexivo, porque a acção sindical tem que conjugar a vertente reivindicativa e de luta

com uma preocupação permanente de reflexão sobre as questões da Educação – por isso, recusamos a tentativa dos sucessivos governos de restringir a acção dos sindicatos, e dos educadores/professores, às questões estritamente socioprofissionais; tudo o que diz respeito à Educação e às escolas diz respeito aos educadores/professores.

Democrático, porque defendemos intransigentemente uma organização democrática, onde todos tenham espaço, onde todas as opiniões sejam respeitadas, onde haja uma preocupação permanente pelo envolvimento de todos no debate e na definição das linhas orientadoras e das propostas do SPN. Desconfiando sempre de falsos unanimismos, entendemos que as posições maioritárias, trabalhadas e decididas em espaços de reflexão e discussão abertos e leais, devem ser seguidas por todos os membros da Direcção, independentemente das suas próprias e legítimas posições de partida, no respeito pelas decisões democráticas das maiorias. Esta atitude, que distingue o projecto sindical da Lista S de outros, é uma límpida marca identitária que saberemos preservar, colocando uma sólida cultura democrática ao serviço dos nossos posicionamentos, individuais e colectivos, assumindo a co-responsabilização nas boas como nas menos boas decisões.

Responsável, porque, assumindo a combatividade e a disponibilidade para lutar como linhas distintivas do sindicalismo que defendemos, consideramos que o SPN deve ter sempre presente a responsabilidade de representar e defender os docentes e a qualidade da Educação, o que obriga a ponderar devidamente, em cada momento, os tempos e as formas da acção sindical.

PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO SINDICAL

A Escola Pública e a classe docente enfrentam actualmente a maior e mais violenta ofensiva registada desde Abril de 1974. Se o século XIX foi o *Século da Instrução* e alguém chamou *Século da Escola* ao vigésimo, a avaliar pelos primeiros anos do presente século, a declarada opção neoliberal redesenha a Escola como um produto de "mercadocência", bem patente em teorias como a do *serviço público de educação*, que têm vindo discursiva e progressivamente a substituir o serviço prestado pela Escola Pública. E todos sabemos que uma e outra coisa não são a mesma. Recorrentemente, há quem defenda o financiamento do ensino privado com dinheiros públicos, através de políticas de livre escolha e de mercado na educação, a divulgação de *rankings*, a gestão escolar por resultados, a avaliação dos educadores/professores – e até a definição dos salários – em função dos resultados dos alunos... Ideias que sustentam um ataque ideológico à classe docente, visando um maior controlo e funcionarização da profissão.

Rankings, relatórios internacionais, agenda global para a Educação, Processo de Bolonha, PISA... Parece que de repente tudo é permitido para o questionamento da Escola Pública; tudo serve a uma corrente de opinião que insiste no questionamento da Educação como bem comum, como se a função única da Escola fosse preparar os alunos para responderem a testes internacionais ou dar resposta à urgência de certificar competências em massa, para estatísticas internacionais, e assim poder competir com outros no mercado. Tal como afirma a Resolução Global aprovada no 7º Congresso dos Professores do Norte, a "Educação e a Escola transformaram-se em produto e indústria de produção de resultados, em que alunos e docentes são meras peças de uma engenharia complexa, mas habilmente controlada por um Estado que já não sabe o que gerir".

Este é um discurso construído em torno do alegado facilitismo da Escola de hoje – facilitista é o modelo escolar que, por projecto ou limitação de meios, recusa aqueles que não se confinam a um padrão médio de aluno. Nos antípodas deste modelo, está o da Escola Pública de qualidade e democrática, como garante da melhoria generalizada das qualificações dos portugueses e do desenvolvimento harmonioso do país. Uma Escola Pública efectivamente para todos, que assegure o acesso e o sucesso de todos; uma Escola inclusiva, que não exclua os que não servirem à consecução de objectivos pré-determinados ou às estatísticas do *ranking*. A Escola Pública é aquela que se organiza de forma a que todos nela possam obter sucesso. E para que tal desiderato seja alcançado, há que reconhecer que muito tem de mudar.

Para se expandir, a Escola Pública tem de contrariar o actual paradigma de organização excessivamente burocratizada, afogada em comandos do poder central, amputada de mecanismos de gestão democrática através de um modelo castrador da participação dos educadores/professores e de currículos e programas que cerceiam a liberdade dos docentes. A Escola Pública requer uma organização mais orientada para aprender e facilitadora do papel emancipador do educador/professor, traço essencial da sua identidade profissional.

O trabalho que os educadores/professores têm pela frente, na construção e defesa da sua identidade profissional, e de uma Escola Pública democrática e de qualidade, é de facto árduo. Mas é possível. É possível contrariar a

tendência desta década profundamente nefasta, tanto para o sistema educativo como para o enquadramento profissional dos docentes – não se pretendendo aqui uma listagem exaustiva, algumas transformações têm contribuído para a descaracterização da Escola: a desvalorização profissional imposta à função docente; o agravamento da precariedade e da instabilidade dos corpos docentes das escolas; a deterioração das condições de exercício; a desregulação da profissão, traduzida nos horários de trabalho ou numa avaliação selectiva e punitiva; a imposição de um modelo de direcção e gestão das escolas de cariz gerencialista; a imposição de mega-agrupamentos; a insuficiente/inexistente oferta formativa para os docentes; o favorecimento de dinâmicas de privatização no sistema público de ensino; o decréscimo de financiamento à Educação, nomeadamente no Ensino Superior; o forte ataque à escola inclusiva; a aposta na municipalização da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico; a propalada "escola a tempo inteiro", através de um regime desregulado de actividades de enriquecimento curricular (AEC);...

Importa registar que este ataque acontece num quadro em que, paradoxalmente, tudo se pede à Escola, atribuindo-lhe novas responsabilidades. Exige-se que trabalhe os saberes de forma diferenciada, atendendo ao contexto de diversidade cultural que vivemos, tendo em conta a complexidade da sociedade. Pede-se que forme cidadãos interventivos, críticos e conhecedores, capazes de uma sábia gestão das suas expectativas e dos seus projectos de vida, quando os sucessivos governos tudo fazem para impor uma visão funcionarizada da profissão, cujo objectivo único é formar um corpo de funcionários acríticos que obedecem a critérios definidos por outros, sejam os próprios governos, os encarregados de educação, os gestores profissionais, os interesses económicos, religiosos ou ideológicos.

Mas a última década revelou, igualmente, uma classe profissional atenta, responsável e presente. Ainda que num registo de resistência, os educadores/professores deram inequívocos sinais de que não estão na disposição de pactuar com o desmantelamento da Escola Pública, provando-o em movimentos reivindicativos de enorme expressão, com os elevados níveis de adesão a greves e nas maiores manifestações de sempre realizadas por um sector profissional. Foi uma década de difícil consecução dos objectivos que nortearam as lutas, mas também de grandes demonstrações de unidade, que não devem ser esquecidas quando pensamos o futuro colectivo, às quais os candidatos da Lista S estiveram associados – alguns desses momentos foram mesmo da iniciativa do SPN, e disso nos orgulhamos.

Em termos programáticos, **o projecto *SEMPRE ao serviço dos Educadores e Professores, da Educação e da Escola Pública* assume os compromissos estabelecidos na Resolução Global do 7º Congresso dos Professores do Norte, aprovada sem votos contra.** De outro modo não poderia ser, porque a resolução é a expressão da vontade dos educadores/professores do Norte e os compromissos nasceram de uma ampla reflexão e discussão realizada antes e durante o Congresso, promovida por uma Direcção do SPN que é constituída por grande parte dos agora candidatos da Lista S. Será, portanto, na concretização da resolução que nos empenharemos.

Uma acção sindical dirigida à defesa dos direitos profissionais e sociais

A defesa dos interesses sociais e profissionais dos educadores/professores e a democratização da Escola e do sistema educativo são dois objectivos centrais da intervenção do SPN e da Fenprof, e serão também nossos. Sendo indissociáveis, na nossa actuação nunca abdicaremos de uma intervenção crítica sobre o sistema educativo, pelo que não deixaremos a outros a tarefa de reflectir sobre a profissão docente e as implicações sociais que a mesma comporta. Assim, a Lista S assume o combate a políticas educativas que se alicercem meramente em resultados e estatísticas; à modificação dos termos de contrato e emprego; a uma gestão de recursos humanos mais flexível e individualizada; a uma avaliação de desempenho competitiva e desajustada de uma escola cidadã. Procuraremos demonstrar aos governos e a outras autoridades com responsabilidades na área educativa que a defesa de melhores condições de vida, de trabalho e de formação para os professores e educadores portugueses é parte indissociável do processo de desenvolvimento do país" [da Resolução Global].

É certo que sem os educadores/professores e a participação das organizações que os representam não se pode mudar a Escola. E a última

década mostrou que a classe docente sabe o significado da unidade, tendo a Fenprof desempenhado um papel determinante no âmbito da chamada **Plataforma de Sindicatos**. No entanto, entendemos que este "esforço de unidade, embora tendo produzido resultados significativos em algumas situações conjunturais, não pode conduzir a um abrandamento na afirmação do projecto sindical do SPN, cuja essência se reflecte na actividade geral da Fenprof, Federação que ajudamos a criar e para cuja acção sempre contribuímos de forma empenhada, tendo permanentemente em vista o seu reforço e a sua afirmação junto dos professores".

Tal como os outros sindicatos da Fenprof, o SPN integra a **Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública**, cujo objectivo central passa pela articulação da actividade reivindicativa comum aos trabalhadores da Administração Pública. Face ao descontentamento sentido no que respeita às práticas de funcionamento desta estrutura, e uma vez que a quase totalidade dos sindicatos que a constituem estão filiados na CGTP-IN, daremos continuidade à proposta que a Direcção do SPN colocou ao Conselho Nacional da central sindical (onde está representado, assim como em vários órgãos das uniões sindicais), no sentido de se realizar uma discussão interna que equacione a melhor forma de coordenação da actividade dos sindicatos da Administração Pública.

Nesta postura de reflexão séria, leal e solidária sobre a participação e envolvimento do SPN em diferentes estruturas, consideramos que – face às debilidades de funcionamento da **Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos** (da qual é o único sindicato de professores membro) e ao quase nulo contributo prestado à nossa organização – os sócios deverão ser chamados a pronunciar-se sobre a continuidade do SPN na CPQTC.

Já no que toca à **Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNASTI)**, temos uma posição diferente. Pela sua natureza e pelos fins que persegue, consideramos que esta associação sem fins lucrativos, e de cujos órgãos sociais o SPN faz parte, deve continuar a merecer a nossa participação e o nosso apoio.

Noutro plano, os eleitos da Lista S continuarão a valorizar as relações de proximidade do SPN com as organizações congéneres da Galiza e a pugnar por uma intervenção activa da Fenprof nos espaços internacionais que lhe competem, nomeadamente a CPLP-Sindical de Educação e a Internacional da Educação.

Defesa da Escola democrática

Tal como se lê na resolução do 7º Congresso, "o direito à Educação concretiza-se por uma acção permanente que promova o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e uma efectiva democratização da sociedade, acção só possível numa Escola democrática, pública, de qualidade, inclusiva e gratuita".

Para o SPN, é responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino e garantir o direito a uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso em percursos formativos e educativos diversificados. No contexto do **alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos**, importa reflectir sobre as diversas implicações que a medida terá no sistema. Este é um dos compromissos que a Lista S assume – promover múltiplos e diversificados espaços de reflexão/discussão de questões que devem ser pensadas colectivamente e sobre as quais a Direcção do SPN deve apresentar propostas reflectidas e coerentes. São elas, entre outras: a oferta universal da Educação Pré-Escolar; a reorganização dos ciclos, dos currículos disciplinares e do perfil de competências para cada nível de ensino; a valorização das vias tecnológica, profissional e artística; o modelo de educação e formação de adultos.

Neste clima de reflexão e debate devem ser abordadas, também, as sucessivas medidas de alegado reforço da **autonomia das escolas**. Poucas dúvidas restam de que as sucessivas reorganizações levadas a cabo, recorrendo a uma retórica de autonomia, não passaram, afinal, de meros ajustes para recentrar o poder e servir os intuitos do modelo centralista e burocrático, desenvolvendo modos mais subtis de controlo – a **avaliação** é um dos melhores exemplos. Outro foi a aprovação do **regime de gestão e administração das escolas** (pedra-de-toque do modelo de Escola preconizado pelo ministério de Maria de Lurdes Rodrigues), acabando com práticas de participação directa e de implicação individual e colectiva na construção de compromissos. Lê-se na resolução que "o actual modelo de gestão assente numa distribuição de poderes hierárquica, burocrática e fortemente centralizadora, constitui hoje uma realidade com consequências nefastas nas práticas quotidianas das escolas e na forma como estas se organizam", pelo que continuaremos empenhados na mobilização dos educadores/professores contra o actual regime de autonomia e gestão, que não é democrático e subalterniza os critérios pedagógicos face a outros de natureza administrativa e financeira. Este é

também um compromisso assumido pela Lista S – o restabelecimento da democratização da direcção e da gestão, pela recuperação de princípios como a colegialidade, a elegibilidade e a participação, será uma área prioritária da acção do SPN.

Associada à questão da administração, a **reestruturação da rede escolar** – nomeadamente a criação de mega-agrupamentos – tem sido fortemente contestada. Para o SPN, "as escolas devem ser organizações de média dimensão, espaços humanizados, onde as pessoas se conheçam e seja possível uma gestão de proximidade, e não superstruturas resultantes da fusão administrativa de escolas/agrupamentos com identidades, culturas e projectos distintos". Na continuidade da acção da Direcção do SPN, continuaremos a "denunciar publicamente os constrangimentos acrescidos que esta solução organizativa traz ao funcionamento das escolas, procurando inverter soluções economicistas sem racionalidade pedagógica, que apenas levarão ao aumento da burocracia e ao reforço do centralismo" e bater-nos-emos contra a generalização deste processo.

Nesta linha, os eleitos da Lista S acompanharão criticamente a transferência de competências para as autarquias, intervindo no sentido de dar visibilidade aos problemas decorrentes da **municipalização da educação**: desresponsabilização do Estado pelo financiamento da educação enquanto serviço público; criação de assimetrias entre escolas de diversos municípios; proliferação de situações de compadrio; falta de transparência e de equidade nos processos de selecção de pessoal.

Outra das nossas preocupações será a **resposta social da Escola Pública**, que deverá continuar a ser uma exigência de todos os cidadãos e um compromisso do Estado. As recentes alterações na Acção Social Escolar, inequivocamente orientadas para o corte orçamental, traduzem-se em medidas de exclusão que se afastam cada vez mais de uma resposta a todas as crianças e jovens. Por outro lado, continuaremos a manifestar a preocupação do SPN relativamente à aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e a denunciar uma medida que, em apenas dois anos, retirou os apoios da Educação Especial a mais de 20.000 alunos.

Dignificação do Estatuto de Carreira e das condições de exercício da profissão

Para a Lista S, a ideia de que a crise chega a todo o lado e atinge todos é falsa, porque nem todos a sentem como os educadores/professores enquanto trabalhadores da Administração Pública. Os pagadores da crise financeira são sempre os mesmos e, entre estes, os docentes estão na primeira linha, primeiro com o congelamento de promoções e progressões (receita que voltou a ser prescrita) e agora com a redução de remunerações – processo de que a Direcção do SPN recorreu para os tribunais e a que nos comprometemos dar seguimento.

Contudo, o que preocupa verdadeiramente é o desejo de corte cego no investimento na Educação, que parece ter atacado os governantes e que consubstancia o ataque à Escola Pública. Eliminação de áreas curriculares não disciplinares ou do par pedagógico de EVT (processo travado pela Assembleia da República); "redução do número de horas de assessoria às escolas; alteração dos critérios para fixação do número de adjuntos do director; alteração das condições para dispensa da componente lectiva de coordenadores de estabelecimento; obrigatoriedade de os professores bibliotecários leccionarem uma turma; redução das equipas do Plano Tecnológico da Educação; redução do crédito horário das escolas; aplicação às escolas do artigo 84º do Código do Trabalho (trabalho nocturno); redução em 70% do número de docentes de carreira em mobilidade para funções em entidades externas ao ME (não renovação anual dos destacamentos)" – são alguns exemplos de intenções citadas na Resolução do 7º Congresso, às quais nos oporemos com determinação.

Além dessas, outras e mais gravosas medidas serão objecto de duro combate pela Direcção do SPN constituída pelos candidatos da Lista S, algumas já afloradas, mas que importa especificar.

A primeira é a **avaliação de desempenho docente,** cujo processo de revogação do modelo em vigor, pela Assembleia da República, foi declarado inconstitucional. Há que prosseguir o combate. Despido de qualquer propósito formativo, assumindo um carácter punitivo e de instrumento de controlo e de gestão da carreira dos educadores/professores, este modelo é de tal modo burocratizado que, na prática, se tornou o centro da actividade das escolas, re-

legando para segundo plano a principal função dos docentes – trabalhar com e para os alunos. E quem conhece as escolas já percebeu que, em muitas, está a ter um "impacto profundamente negativo na tradição de trabalho cooperativo de educadores e professores, levando, isso sim, a que grassem o individualismo e a competição".

A reorganização dos **horários de trabalho** continuará a ser um objectivo do SPN, também no sentido de que o essencial da actividade do educador/professor seja, de facto, o trabalho com os alunos, centrado nas aprendizagens. Continuaremos a defender a definição de um número mínimo de horas da componente não lectiva para trabalho individual e que o número de horas da componente não lectiva de estabelecimento a marcar no horário não ultrapasse os 50% dessa componente. Defenderemos, igualmente, a aplicação de normas que evitem a colisão entre a participação em reuniões e a componente individual do trabalho docente e a clarificação do que são tarefas lectivas e não lectivas.

Na senda da postura das sucessivas direcções do SPN, continuaremos a defender o carácter dinâmico da **vinculação dos educadores/professores contratados**, que deverá resultar de um concurso nacional, anual e com regras claras, assentes na graduação profissional, retirando do seu cálculo "a consideração da avaliação do desempenho docente, medida absurda e que merece o mais vivo repúdio da generalidade dos educadores e professores, e que não está sequer prevista no ECD". Rejeitaremos, como princípio, as dinâmicas locais de recrutamento, por considerarmos que propiciam arbitrariedades e se revelam prejudiciais não só para os educadores/professores como para as escolas.

Nesta linha de pensamento, manteremos a exigência de um **concurso nacional ainda em 2011**, regendo-se por um novo diploma legal que respeite as necessidades reais de escolas/agrupamentos. Deve, por outro lado, contemplar a candidatura dos professores de habilitação própria, de que o ME continua a necessitar para leccionação de diversas áreas e aos quais deve ser dada possibilidade de acesso à profissionalização em serviço – quando tal não for possível, estaremos disponíveis para encontrar, com as instituições de Ensino Superior, uma solução que conduza à "obtenção de qualificação profissional através do ajustamento do 2º ciclo de Bolonha, nomeadamente pela concessão de equivalências a cadeiras já realizadas durante a formação inicial".

Tal como está expresso na Resolução Global, reafirmamos a rejeição da **prova de avaliação de conhecimentos e competências** como mecanismo de controlo e selecção de educadores/professores no ingresso na profissão e no acesso à carreira – deve, isso sim, ser devidamente fiscalizada e garantida pelo Estado a qualidade das instituições formadoras de docentes.

Defendemos, ainda, uma **formação contínua** que valorize os educadores/professores pessoal e profissionalmente e que possibilite uma melhoria das práticas educativas e o aperfeiçoamento do sistema educativo no seu conjunto. Paralelamente, reafirmamos a formação contínua como um direito e um dever dos docentes – reafirmação que se traduz na salvaguarda de condições adequadas à sua realização, incluindo a gratuitidade e a definição de espaços/tempos de formação próprios, que pode implicar a dispensa da componente lectiva. Importa reafirmar, também, que "a organização da formação contínua decorrente de alterações no sistema educativo deverá ser sempre da responsabilidade do ME" e centrada nos centros de formação de associação de escolas (CFAE). Defendemos, por fim, que, na ausência desta oferta de formação, os docentes não poderão ser penalizados em termos de progressão na carreira.

Porque justa, pugnaremos pela **contagem integral do tempo de serviço** prestado por todos os docentes para efeito de integração na carreira, onde se inclui, naturalmente, tal como está consagrado na Resolução Global, "os períodos de não contagem de tempo para carreira, vulgo 'congelamentos', quer entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007, quer o que estamos a viver desde o passado dia 1 de Janeiro".

Connosco, o SPN continuará a defender de forma inequívoca "a aplicação do ECD aos docentes a prestar **funções em serviços dependentes de outros ministérios** ou em organismos ou institutos públicos".

No entanto, esta opção estratégica de defesa e promoção da Escola Pública não é incompatível **com** a defesa intransigente dos educadores/professores do ensino privado, antes a pressupõe. Assim, aqui fica a garantia de que os eleitos da Lista S tudo farão na defesa dos docentes dos seus três subsistemas: **Ensino Particular e Cooperativo [incluindo escolas profissionais de iniciativa privada], Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias**, pelo que o SPN prosseguirá os processos de revisão dos clausulados gerais de diferentes Contratos Colectivos de Trabalho, e continuará "a intervir para que sejam respeitadas as obrigações das entidades patronais para com os seus trabalhadores, denunciando as pressões que algumas escolas têm vindo a exercer sobre os docentes no sentido de estes aceitarem cortes salariais, reduções de horário a meio do ano lectivo, transferência de estabelecimento ou mesmo a assinatura de um novo contrato".

Relativamente às **actividades de enriquecimento curricular**, "continuaremos a lutar para que todos os docentes envolvidos tenham a sua situação devidamente regulada por um contrato de trabalho. Mas bater-nos-emos, também, para que sejam recrutados por concurso".

Tal como o SPN e a Fenprof têm defendido, não descuraremos a luta por um **regime de aposentação** que tenha em conta o acentuado desgaste, físico e psicológico, provocado pelo exercício continuado da profissão. Por outro lado, manteremos a exigência da devolução dos descontos ilegais (ADSE), efectuados entre 2007-2010, no subsídio de férias e no 13º mês – processo relativamente ao qual está a decorrer um processo jurídico.

Por falar em **apoio jurídico**, esta é uma vertente a que daremos especial atenção, até porque ela tem vindo a ganhar uma importância primordial na acção do sindicato, fruto, por um lado, do crescente aumento das decisões manifestamente ilegais parte do Governo ou das escolas e, por outro, da aplicação de normativos potenciadores de maior conflitualidade na escola, o que tem conduzido à degradação do clima de trabalho nas escolas.

Os candidatos da Lista S têm plena consciência de que a conjuntura não é favorável aos propósitos dos educadores/professores, em particular os que têm implicações financeiras. Mas sabem, também, o rumo que deve ser trilhado para promover uma Escola Pública de qualidade e não desistirão de lutar para que ela se torne uma realidade porque, como temos afirmado, desinvestir na Educação é hipotecar o futuro.

Por um Ensino Superior de qualidade

O Ensino Superior é estratégico para o desenvolvimento económico e cultural do país. Não obstante, e apesar da necessidade de aumentar a qualificação dos portugueses, foi aprovado, e está em curso, um conjunto de medidas que constituem um sério ataque ao sector, aos docentes e investigadores que nele trabalham e aos estudantes e suas famílias.

O crescente desinvestimento no sector tem-se traduzido, entre outros aspectos, na diminuição das verbas do Orçamento de Estado (em 2011, o corte é de 12,3% no ensino universitário e 7,1% no politécnico), não se percebendo como se conjuga esta política com "o alargamento dos lugares do topo da carreira, devendo o conjunto de professores catedráti-

cos e associados representar entre 50% e 70% dos professores, não podendo o número de professores convidados exceder um terço em cada categoria", como estipula o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), ou com "o alargamento dos lugares da carreira, devendo o conjunto de professores representar pelo menos 70% dos docentes de cada instituição", como assegura o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP).

De facto, o contrato de confiança assinado em 2010, entre o Governo e as instituições públicas de Ensino Superior, com os objectivos de aumentar o número de estudantes e de colmatar as dificuldades orçamentais das instituições, está a ser unilateralmente inviabilizado. Não se trata de uma mera questão de gestão, mas de uma crescente desresponsabilização do Estado pelo Ensino Superior público, pois não é possível gerir as diferentes universidades e politécnicos sem os recursos financeiros mínimos. Ao que temos vindo a assistir é a cortes orçamentais sistemáticos, que equiparam o nível de financiamento ao início da década. E isto num quadro em que Portugal é dos países europeus com menor investimento *per capita*, apesar de praticar das mais elevadas propinas.

Por outro lado, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) traduziu-se num forte ataque à gestão democrática das universidades e dos politécnicos, diminuindo drasticamente a participação dos docentes nos órgãos de gestão e reforçando os poderes unipessoais e a hierarquia gestionária. No caso das fundações, esta situação é tanto mais grave quanto o reitor passa a responder a um órgão composto por personalidades externas e alheias à comunidade académica, como é o Conselho de Curadores. Acresce que este processo foi e continua a ser desenvolvido sem um amplo debate sobre o significado e as implicações de tal mudança para o sistema de Ensino Superior e para os docentes.

Os novos ECDU e ECPDESP vieram acentuar a tendência para a intensificação e a burocratização da actividade docente e para promover o individualismo e a competição, num sector em que reflexão, debate e trabalho colectivo e solidário são absolutamente imprescindíveis para o avanço do conhecimento científico, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e o funcionamento das instituições. Os Regulamentos de Avaliação de Desempenho e de Garantia da Qualidade são disso clara expressão, revelando, em geral, uma maior preocupação com a construção de instrumentos de controlo individual dos docentes do que com a promoção de um ensino e de uma investigação de qualidade, só possíveis com o reforço de condições de trabalho reflexivo e laços de cooperação.

No Ensino Superior, a avaliação de desempenho docente introduz um sistema de gestão das progressões nas carreiras e de contenção do financiamento. O modelo que tem vindo a ser aprovado nas diferentes instituições assenta na fragmentação e quantificação, numa lógica puramente gerencialista, não compaginável com a actividade docente. Acresce que todo este corrosivo processo não produzirá quaisquer efeitos, dada a ausência de dotação financeira para as promoções, o que constitui mais uma razão para discutir a exigência da sua suspensão.

Assim, e sem prejuízo da efectivação das progressões devidas relativas a 2004-2009, a Lista S defende a revisão deste modelo de avaliação.

Defendemos uma regulamentação justa e adequada das carreiras, quanto a concursos e a contratações por tempo indeterminado, a realização dos concursos para professor de carreira, impostos pelo aumento do número de lugares estabelecido nos novos estatutos, e o fim das contratações indevidas de docentes precários ou a recibos verdes.

Pugnamos pela garantia de condições para a obtenção do doutoramento, para que seja possível "usufruir" do sistema de transição – por que tanto se lutou – dos docentes do Politécnico para a nova carreira docente.

Lutamos pela criação de efectivas oportunidades de vinculação estável para os investigadores com contratos precários e com bolsas de pós-doutoramento.

Entendemos ser necessária a negociação e aprovação de um instrumento regulador do regime de contratação e de carreira para os docentes e os investigadores do Ensino Superior particular e cooperativo que ponha termo às arbitrariedades e à indignidade com que muitos são tratados, em violação dos seus direitos laborais e académicos.

Combatemos a mercantilização do Ensino Superior, cuja responsabilidade, gestão e valores devem ser claramente públicos. Combatemos, por isso, a transformação das instituições públicas em fundações geridas pelo Direito privado, lutando pela estabilidade contratual e pelos direitos de carreira dos docentes integrados nas fundações já existentes.

Exigimos, ainda, o cumprimento das cargas lectivas definidas nos estatutos, considerando todo o trabalho lectivo prestado – incluindo no âmbito de cursos de pós-graduação, de complemento de formação, de especialização tec-

nológica, de orientações de mestrado e doutoramento, etc. – e aplicando os limites máximos definidos a todos os docentes, independentemente do seu vínculo.

Em suma, os candidatos que se apresentam na Lista S continuarão a lutar por um Ensino Superior público de qualidade e de acesso universal.

A ORGANIZAÇÃO SPN

A lista que se apresenta aos sócios do SPN sob o lema ***SEMPRE ao serviço dos Educadores e Professores, da Educação e da Escola Pública*** inscreve no seu programa de candidatura um conjunto de ideias e propostas em torno da organização sindical que vêm na sequência da reflexão que a actual Direcção promoveu e foram debatidas no 7º Congresso dos Professores do Norte. Nesse sentido, os candidatos da Lista S assumem o compromisso de procurar melhorar a organização do SPN, reforçando a intervenção sindical a vários níveis.

Professores e escolas. As restrições impostas à actividade sindical nos últimos anos, traduzidas na redução drástica do crédito de horas para o seu exercício, tornam muito difícil o trabalho de ligação às escolas – o SPN dispõe actualmente de um número de dirigentes com redução inferior a metade do de há 3 anos. No entanto, continuamos a considerar que esta é uma área de intervenção fundamental, comprometendo-nos a procurar soluções que, apesar de todos os constrangimentos, possibilitem o seu reforço.

Delegados sindicais. No actual contexto, assume importância acrescida uma eficaz organização dos núcleos sindicais de base, com particular destaque para a eleição de delegados sindicais activos e capazes de estabelecer uma relação entre as direcções distritais e os núcleos de associados espalhados por toda a região Norte. Sendo certo que o SPN já dispôs de uma rede mais ampla de delegados sindicais, consideramos necessário e propomo-nos trabalhar para reforçar o número de escolas com delegados eleitos, regularizar a realização de assembleias de delegados e criar condições para uma melhor participação e intervenção destes na vida do sindicato. Paralelamente, destacamos a importância da formação sindical, perspectivando uma resposta sustentada e sistemática às necessidades de renovação de quadros.

Informação. Os constrangimentos impostos à actividade sindical exigem uma utilização optimizada dos recursos tecnológicos para manter informados todos os sócios, e em particular os activistas sindicais. Nesse sentido, é prioritária uma actualização da base de dados com os endereços de correio electrónico dos associados – nos últimos meses, a informação disponibilizada por esta via possibilitou a um número muito elevado de sócios o conhecimento quase imediato de legislação publicada, das posições e acções do SPN e da Fenprof ou do que de mais relevante foi produzido pela Comunicação Social. De salientar, também, a particular importância do *site* (www.spn.pt), espaço privilegiado de difusão de informação a sócios e não sócios – apesar de as alterações introduzidas nos últimos tempos terem tornado mais fácil a procura de informação e dado maior visibilidade à actividade do SPN, propomo-nos torná-lo mais dinâmico e eficaz, equacionando, ainda, a utilização das redes sociais. Por outro lado, não descuidaremos a produção das revistas «SPN-Informação» e «A Página da Educação» – cujas temáticas muito podem contribuir para a formação pessoal e profissional dos associados e não só – e de outros materiais informativos, destinados aos placares sindicais ou à distribuição, que conjunturalmente se revelem importantes para os educadores/professores e para as escolas.

Sindicalização e sustentabilidade financeira. O movimento de sócios é um factor de preocupação e será atentamente acompanhado. Para além das reduções salariais e do congelamento das progressões, o agravamento da crise e a aplicação das medidas de restrição orçamental na Educação provocarão mais aposentações antecipadas, mais precariedade e mais desemprego. A diminuição de receitas de quotização que daí pode advir obriga a um grande rigor na construção e execução dos orçamentos do SPN e à necessidade de perspectivar possíveis cenários de evolução da situação, assegurando a sustentabilidade financeira do SPN sem prejuízo de uma intervenção qualificada e eficaz.

Representação e renovação do SPN. Os problemas que afectam o movimento sindical em geral tornam necessária e urgente uma profunda renovação dos sindicatos, a vários níveis: cultural, geracional, de políticas reivindicativas e formas de luta, cuja eficácia deve ser atentamente considerada. É necessária, também, uma renovação ao nível da organização e do funcionamento interno, reforçando regras democráticas e encontrando formas de tornar efectiva a participação consistente e qualificada (de dirigentes, delegados e sócios) na reflexão, discussão e tomada de decisões.

Finalmente, é imprescindível a renovação de quadros, favorecendo uma maior participação dos jovens, que muitas vezes vêem os sindicatos como algo distante das suas expectativas e da sua linguagem. Precisamos de reforçar a capacidade de representação e atracção do SPN, e para isso temos de encontrar estratégias para o envolvimento dos jovens. Como foi sublinhado no 7º Congresso dos Professores do Norte, torna-se cada vez mais relevante a dinamização de uma campanha de afirmação que permita reforçar o SPN em número de sócios e na sua acção em defesa dos interesses dos educadores/professores, da Educação e da Escola Pública.

SPN, Maio de 2011.

Os candidatos da Lista S

SEMPRE ao serviço dos Educadores e Professores, da Educação e da Escola Pública

http://www.semprespn.org
http://www.facebook.com/spnsempre

Distrito de Aveiro

Delegações de S. João da Madeira e Santa Maria da Feira: 9h-19h

Escolas: 11h30-16h30, com as excepções indicadas

Arouca
- EB2/3 Arouca
- EB2/3 Escariz - Arouca

Espinho
- ES/3 Manuel Gomes de Almeida (11h30-15h30)

Oliveira de Azeméis
- ES/3 Soares Basto - Oliveira de Azeméis

Ovar
- EB2,3 António Dias Simões (11h30-15h30)
- ES/3 Esmoriz (11h30-15h30)

Santa Maria da Feira
- EB2,3 Fernando Pessoa (13h30-16h30)
- EB2,3 Arrifana (13h30 -16h30)
- EB2,3 Lourosa
- EB2,3 Paços de Brandão

S. João da Madeira
- ES/3 Serafim Leite

Vale de Cambra
- ES/3 Vale de Cambra

Distrito de Braga

Delegações de Braga, Guimarães e V.N. Famalicão: 9h-19h

Escolas:

Amares
- EB2,3 Amares (10h-15h30)
- ES/3 Amares (10h-15h30)

Barcelos
- ES/3 Barcelos (10h-15h30)
- ES/3 Alcaides de Faria (10h-15h30)
- EB2,3 Lijó (10h-15h30)

Braga
- EB2,3 Gualtar (10h-15h30)
- EB 2,3 Cabreiros (10h-15h30)
- EB2,3 Lamaçães (10h-15h30)
- EB2,3 Palmeira (10h-15h30)
- EB2,3 Real (10h-15h30)
- EB2,3 D. Frei Caetano Brandão (10h-15h30)
- Conservatório Calouste Gulbenkian (10h-15h30)
- ES/3 Alberto Sampaio (10h-15h30)
- ES/3 Carlos Amarante (10h-15h30)

Celorico de Basto
- EB2,3/S Celorico de Basto (10h-15h)

Esposende
- ES/3 Henrique Medina (10h-13h45)
- EBI Apúlia (12h-14h)

Fafe
- ES/3 Fafe (10h-17h)
- EB 2,3 Montelongo (10h-15h30)

Guimarães
- ES/3 Francisco de Holanda (11h30-14h30)
- ES/3 Martins Sarmento (10h-15h30)
- EB2,3 Moreira de Cónegos (9h30-16h30)
- EB2,3 Fernando Távora (9h50-15h)
- EB2,3 Santos Simões (10h-16h55)
- EB2,3 D. Afonso Henriques (9h50-15h)
- EB2,3 Taipas (10h-15h30)

Póvoa de Lanhoso
- EB2,3 Prof. Gonçalo Sampaio (10h-15h30)

Vieira do Minho
- EBI Monsenhor Elísio Araújo (10h-15h30)
- EB2,3 Prado (10h-15h30)
- EB2,3 Vila Verde (10h-15h30)
- ES/3 Vila Verde (10h-15h30)

Vila Nova de Famalicão
- ES/3 D. Sancho I (10h-15h30)
- EBI Arnoso - Santa Maria (10h-13h30)

Vizela
- ES/3 Vizela (10h-17h30)
- EB2,3 Infias (10h-13h20)
- EB2,3 Infias (15h15-16h50)

Distrito de Bragança

Delegações de Bragança e Mirandela: 9h-19h

Escolas (10h-12h30, com as excepções indicadas):

Bragança
- EB2,3 Paulo Quintela
- EB2,3 Augusto Moreno (10h-17h)
- Centro Escolar Santa Maria (10h-12h)
- ES/3 Emídio Garcia
- ES/3 Abade de Baçal
- EB1, 2 3 Izeda
- ES/3 Miguel Torga

Carrazeda de Ansiães
- EB2,3/S Carrazeda de Ansiães (10h-13h30)

Macedo de Cavaleiros
- EB2,3 Macedo de Cavaleiros (10h-17h)
- Centro Escolar 1 Macedo de Cavaleiros (10h-12h)

Miranda do Douro
- EB2,3/S Miranda do Douro
- EB2,3 Sendim

Mirandela
- ES/3 Mirandela (10h30-16h)

Mogadouro
- EB2,3/S Mogadouro
- EB1 Mogadouro

Torre de Moncorvo
- EB2,3/S Torre de Moncorvo (10h-13h30)

Vila Flor
- EB2,3/S Vila Flor (10h-13h30)

Vimioso
- EB2,3 Vimioso

Vinhais
- EB2,3/S Vinhais

Distrito do Porto

Sede, no Porto, e delegações de Amarante, Penafiel e Póvoa de Varzim: 9h-19h

Escolas:

Amarante
- EB2,3 Amarante (9h30-12h30)
- ES/3 Amarante (10h-13h)
- EB2,3 Vila Caís (14h-17h)
- EB2,3 Telões (14h-17h)

Baião
- EB2,3/S Baião (10h-13h)
- EB2,3 Stª Marinha do Zêzere - Baião (13h-15h)

Felgueiras
- EB2,3 Felgueiras (10h-13h)
- ES/3 Felgueiras (11h45-15h30)
- EB2,3 Lagares (10h-13h)
- EB2,3 Airães (10h-13h)
- EB2,3 Idães (10h-12h)
- EB2,3 Idães (14h-16h)
- ES/3 Lixa (10h30-13h)

Gondomar
- EB2,3 Gondomar (11h-15h)
- ES/3 Rio Tinto (12h-16h)
- ES/3 Valbom (11h-15h)

Lousada
- EB2/3 Lousada (9h30-14h45)

Maia
- EB2/3 Maia (10h-15h)
- ES/3 Águas Santas (10h-15h)
- EB2,3 Pedrouços (10h-15h)
- EB2,3 Gueifães (10h-15h)
- EB2,3 Castelo da Maia (10h-15h)

Marco de Canaveses
- EB2,3 Marco Canaveses (9h-12h)
- ES/3 Marco de Canaveses (12h-17h)
- EB2,3 Toutosa (10h-13h)
- EB2,3 Sande (14h-16h)
- EB2,3 Alpendorada (14h-16h)

Matosinhos
- EBI/JI Matosinhos (10h-15h)
- EB2,3 Leça da Palmeira (10h-15h)
- EB2,3 Perafita (10h- 15h)
- EB2,3 Custóias (10h- 15h)

Paços de Ferreira
- EB2,3 Paços de Ferreira (10h-16h)

Paredes
- EB2,3 Paredes (9h45-17h)

Porto
- EB2,3 Irene Lisboa (10h-15h)
- EB2,3 Ramalho Urtigão (11h-14h)
- ES/3 Alexandre Herculano (11h-14h)
- EB2,3 Fontes Pereira de Melo (10h-15h)

Póvoa de Varzim
- EB2,3 Dr. Flávio Gonçalves (9h45-17h15)
- EB2,3 Cego do Maio (10h-13h)
- EB2,3 A-ver-o-Mar (10h-13h30)
- EB2,3 Rates (11h45-15h15)
- ES/3 Rocha Peixoto (11h30-15h30)
- ES/3 Eça de Queirós (10h-15h30)

Santo Tirso
- EB2,3 S. Rosendo (11h-15h)

Trofa
- ES/3 Trofa (11h-15h)
- EB2,3 S. Romão do Coronado (11h-15h)

Valongo
- ES/3 Valongo (11h-15h)
- ES/3 Ermesinde (11h-15h)
- EB2,3 Alfena (11h-15h)

Vila do Conde
- EB2,3 Júlio Saúl Dias (9h45-17h)
- EB1/JI Caxinas (10h-15h30)
- EB2,3 Frei João (10h-15h30)
- ES/3 José Régio (11h30-15h30)

Vila Nova de Gaia
- ES/3 Canelas (10h-15h)
- ES/3 António Sérgio (10h-15h)
- ES/3 Inês de Castro (13h30-15h30)
- EB2,3 Sofia de Mello Breyner (10h-15h)
- EB2,3 Oliveira do Douro (11h-15h)
- EB2,3 Grijó (10h-15h)

Distrito de Viana do Castelo

Delegações de Viana do Castelo e Monção: 9h-19h

Escolas:

Arcos de Valdevez
- EB2,3/S Arcos Valdevez (9h30-12.h30)

Caminha
- EB 2,3/S Caminha (9h-16h)
- Ancorensis, V.P. Âncora (14h-16h30)

Melgaço
- EB2,3/S Melgaço (9h30-12h30)

Paredes de Coura
- EB2,3/S Paredes Coura (9.30h-11h)

Ponte da Barca
- EBS Diogo Bernardes (10h-11h)

Ponte de Lima
- ES/3 Ponte de Lima (11h-15h)

Valença
- EB2,3 Valença (9h30 - 12h30)

Viana do Castelo
- ES Monserrate (15h-18h)
- EB 2,3/S Lanheses (14h-17h)

Distrito de Vila Real

Delegações de Vila Real e Chaves: 9h-19h

Escolas: 9h45-16h30, com as excepções indicadas

Chaves
- EB2/3 Nadir Afonso (10h-16h)
- ES/3 Francisco Gonçalves Carneiro (10h-16h)

Mondim de Basto
- EB2,3/S Mondim de Basto

Murça
- EB2,3/S Murça

Peso da Régua
- EB2,3 Peso da Régua

Valpaços
- EB2/3 Júlio do Carvalhal (10h-16h)

Vila Pouca de Aguiar
- EB2,3 Vila Pouca de Aguiar

Vila Real
- EB2,3 Diogo Cão
- EB2,3 Mons. Jerónimo do Amaral